

O ensino primário no Rio Grande do Norte: reflexões a partir das obras de Maria

Marta de Araújo e Nestor dos Santos Lima

The primary teaching on Rio Grande do Norte: reflections from the works of Maria

Marta de Araújo and Nestor dos Santos Lima

Arthur Cassio de Oliveira Vieira

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

E-mail: arthur_cassio@yahoo.com.br

Antonio Max Ferreira da Costa

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Brasil

E-mail: a.maxcosta@gmail.com

Olivia Morais de Medeiros Neta

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

E-mail: olivianeta@gmail.com

Recebido: 16/05/2018 – Aceito: 25/05/2018

Resumo

A história da educação do Rio Grande do Norte tem sido escrita e reescrita sob diversos olhares e perspectivas. Cada obra, para além de suas contribuições analíticas, traz de maneira direta ou indireta, ocasional ou intencional, a visão de mundo do seu autor, o seu lugar de fala e a maneira como este concebe o passado educacional. O presente trabalho tem como objetivo tecer reflexões sobre o processo de escrita da história da educação norte-rio-grandense, especificamente o ensino primário, do Império à Primeira República, a partir das obras de dois intelectuais, a saber: Maria Marta de Araújo e Nestor dos Santos Lima. Trabalhamos com a dissertação de mestrado produzida pela primeira, intitulada “Origens e tentativas de organização da rede escolar do Rio Grande do Norte: da colônia à Primeira República”, defendida na UNICAMP/SP no ano de 1979. Com relação à esta obra, enfatizamos os capítulos II, III e IV, referentes ao nosso recorte temporal. Já com relação a Nestor Lima, examinamos o livro intitulado “Um século de ensino primário”, produzido no ano de 1927 em comemoração ao centenário da lei de 15 de outubro de 1827, que visava a organização do ensino primário e a criação de escolas nas principais cidades e vilas do Império. Relacionamos os dois autores partindo das discussões de Michel de Certeau em “A escrita da História”, produzindo uma análise historiográfica atentando às fontes que utilizaram, à forma

e à intenção de sua escrita, bem como o lugar ocupado por cada autor e suas filiações intelectuais. Por fim, dialogamos também com o sociólogo Pierre Bourdieu, no tocante aos conceitos de *campo* e *habitus*, a fim de melhor compreender as relações imbricadas no processo de escrita da história e produção de um campo relativo à história da educação do Rio Grande do Norte. Esta discussão nos leva, portanto, a observação de diferentes olhares sobre o passado educacional do estado, que são orientados pelo lugar de fala de cada autor, bem como pela intencionalidade de seus trabalhos e suas relações sociais e intelectuais no processo de escrita da história da educação norte-rio-grandense.

Palavras-chave: História da Educação; Ensino Primário; Intelectuais; Historiografia.

Abstract

The history of education of Rio Grande do Norte has been written and rewritten according a diversity of views and prospects. Each work, beyond yours analytics contributions, shows on a direct or indirect way, occasionally or intentionally, the author's view of world, their place of speech and the way like conceive the educational past. This work has like objective make reflections about the writing process of history about the norte-rio-grandense education, specifically the primary teaching, since the empire to the first republic, from the works of two intellectuals: Maria Marta de Araújo and Nestor dos Santos Lima. We work with the master's dissertation produced for the first, with the title "Origin and attempts of organization of the scholarly net of Rio Grande do Norte: from the colony to the first republic", presented at UNICAMP/ SP in 1979. About this work we emphasize the chapters II, III e IV, relating to our temporal cutting. With relation to Nestor Lima, we assay the book with the title "One century of primary teaching", produced in 1927 in celebration to the centennial of the law of October 15, 1827, which broach the organization of the primary teaching and the creation of schools at mains cities and villages of the empire. We make relations of the two authors based on Michel de Certeau discussions in "The writing of History", producing a historiographical analysis attentive to sources used, the form and the intentions of their writing, the place occupied by each author and their intellectual affiliation. Finally, we dialogue also with the sociologist Pierre Bourdieu, about the concepts of *field* and *habitus*, to understand better the relations that within the process of the history's writing and production of a field relative to the educational history of Rio Grande do Norte. This discussion guide us, therefore, to the observation of different views about the educational past of the state, which are oriented by the place of speech of each author and also by the intention of their work and social and intellectual relations in the process of the educational history writing norte-rio-grandense.

Keywords: History of Education; Primary Teaching; Intellectuals; Historiography.

1. Introdução

Como se escreve um trabalho sobre a história da educação do Rio Grande do Norte? Quais os parâmetros que orientam a sua escrita? Que elementos são levados em consideração para ser reconhecido por seus pares? De que maneira este pode inserir-se em um campo de produção historiográfica? É em busca de respostas para questionamentos como estes que realizamos neste artigo uma reflexão sobre dois trabalhos que abordam a temática da educação norte-rio-grandense. As obras foram escolhidas não apenas por suas relevantes contribuições para o conhecimento acerca do passado educacional deste Estado, mas, sobretudo, por nos possibilitar uma análise da prática e da escrita de seus autores, uma compreensão do seu fazer historiográfico. Os intelectuais a que nos referimos são Nestor dos Santos Lima e Maria Marta de Araújo. O primeiro lançou em 1927 o livro “Um século de ensino primário”, obra comemorativa do centenário da lei de instrução geral assinada ainda no Brasil império, em 1827. Já Maria Marta de Araújo, apesar de algumas convergências, posiciona-se de maneira diferente da de Nestor ao produzir sua dissertação de mestrado “Origens e tentativas de organização da rede escolar do Rio Grande do Norte: da colônia à Primeira República”. A mesma foi defendida na UNICAMP no ano 1979 e apresenta um perfil mais analítico do que comemorativo.

Assim, objetivamos tecer reflexões sobre o processo de escrita da história da educação norte-rio-grandense a partir das obras desses dois intelectuais. Neste sentido, dialogamos com o sociólogo Pierre Bourdieu, no tocante às suas noções de *campo* e *habitus*, buscando observar como os intelectuais que aqui analisamos articulam seus trabalhos de modo a inserir-se no campo da História da Educação do Rio Grande do Norte.

Outro autor que nos auxilia na análise desses trabalhos é Michel de Certeau, que pensa o dito e o não-dito da produção historiográfica, demonstrando que todo trabalho em História possui um lugar de fala ocupado pelo intelectual, que, por sua vez, orienta também uma prática e um tipo de escrita. Assim, buscamos demonstrar que, apesar da intencionalidade da escrita dos autores apontarem muitas vezes para um modelo historiográfico que pretende alcançar a objetividade ou até mesmo a neutralidade, é impossível distanciar-se por completo de suas visões de mundo.

Cabe ainda destacar que realizamos um recorte temático na obra de Maria Marta que trata dos diversos níveis de ensino. A nós interessa, sobretudo, o ensino primário, a fim de

melhor tecer comparações com o livro de Nestor Lima e compreender como ambos escrevem a história do ensino primário potiguar.

Por fim, outro aspecto a pontuar refere-se a como chamamos ao longo do texto, Nestor dos Santos Lima. O mesmo assina o livro “Um século de ensino primário” apenas como Nestor Lima. De tal modo, optamos neste artigo por identificar o autor com o nome escolhido por ele para assinar a obra.

2. O político e a acadêmica: lugar, prática e escrita

As análises realizadas buscam situar os intelectuais estudados e as obras por eles produzidas no campo da História da Educação do Rio Grande do Norte, identificando suas posturas, visões e interesses por meio da escrita.

O primeiro que aqui analisaremos é Nestor Lima (Figura 1). Natural de Açu, formou-se bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito do Recife, em 1909. Ocupou importantes cargos públicos no Rio Grande do Norte, como presidente do Conselho Penitenciário (1936- 1959) e Procurador Geral do Estado (1934). Conviveu com diversos intelectuais e teve destacada atuação no campo educacional, como diretor do Departamento de Educação do Estado (1924-1929), professor de pedagogia e diretor da Escola Normal de Natal. Também foi um dos fundadores da Academia Norte-rio-grandense de Letras e atuou no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, onde foi presidente durante 32 anos¹.

Figura 1: Nestor Lima.



Fonte: Disponível em: mprn.mp.br. Acesso em: 09/05/2018.

¹ Informações disponíveis no link abaixo, acervo eletrônico da Fundação José Augusto: <http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/secretaria_extraordinaria_de_cultura/DOC/DOC000000000113087.PDF>. Acesso em: 2 mai. 2018.

Nestor Lima era um intelectual com livre trânsito e reconhecida atuação em diversas instituições de poder e de produção do conhecimento. Este *locus* ocupado por ele é de primeira importância para identificação do seu lugar de fala em “Um século de ensino primário”. A sua relação com o Instituto Histórico e Geográfico acaba emergindo em uma escrita de viés historiográfico guiada pelo ideal positivista, que orientava a concepção de história do Instituto. Podemos observar isto em vários momentos do livro, como na sessão dedicada as falas dos Presidentes de Província entre os anos de 1835 e 1849. Nela o autor não realiza críticas às fontes ou mesmo à situação que elas relatam. Limita-se a apresentar os relatórios e os dados que eles trazem, conferindo grande importância à estatística. É o caso da fala do Brigadeiro Wenceslau de Oliveira Bello, presidente em 1844, que fala à assembleia sobre a insuficiência de professores e a baixa frequência de alunos. Após trazer sua fala para o texto, Nestor Lima não analisa os problemas apresentados pelo Presidente, apenas infere que “O mapa demonstrativo das aulas publicas, annexo a esse Relatorio e assignado pelo secretario de governo, em 3 de setembro de 1844, dava 28 aulas masculinas e 3 femininas, com a matricula de 778 e 83, respectivamente”. (LIMA, 1927, p. 63).

Neste sentido, produzir ciência era colocar-se em um lugar de privilégio para análise. O intelectual era aquele que se neutralizava. Não caberia, portanto, um excessivo posicionamento do autor. A verdade era objetiva e estava contida nas fontes.

De tal modo, o autor busca construir uma análise neutra, e é no tratamento que o mesmo dá às fontes que isto aparece de maneira mais explícita. Nestor Lima traz em sua produção uma grande quantidade de documentos, que vão desde mensagens dos presidentes de província e de governadores do Estado, à legislação educacional, decretos e resoluções.

Nestor Lima não desconfia de suas fontes, nem de quem as produziu. Ao invés de posicionar-se diante daquilo que pesquisa, prefere deixar que os documentos falem, trazendo à tona uma enorme quantidade de informações sobre o passado. Para ele, ali se encontra a verdade histórica e esta seria a maneira correta de se produzir ciência. Cabe ressaltar, entretanto, que a isenção completa diante de um objeto de estudo é impossível. Dessa maneira, observamos que as falas e documentos a que ele dá relevo, deixam transparecer os seus ideais e posicionamentos.

O autor também utiliza como fontes diversos dados estatísticos, e este é outro elemento importante utilizado por Nestor Lima para garantir cientificidade a seu livro. Os dados numéricos foram largamente explorados pelos intelectuais que escreviam a partir do Instituto Histórico, na busca de reconstruir o passado tal como ele o foi. O destaque conferido

a informações estatísticas como a quantidade de professores da Província e do Estado, seus nomes, vencimentos, a quantidade de escolas fundadas e suas localidades, demonstram não apenas uma preocupação com a veracidade, mas também a permissão de acesso a documentos oficiais garantida a Nestor Lima para realização de sua pesquisa.

A partir das discussões de Michel de Certeau (1982), observamos que o estabelecimento das fontes em um trabalho de pesquisa vai além da sua simples catalogação e reprodução. Há toda uma rede de sentidos que se estabelece articulando o lugar social ocupado pelo intelectual, a seleção das suas fontes e como as mesmas serão operacionalizadas. A escolha das fontes, as perguntas que a elas são feitas e a metodologia empregada em seu trabalho, indicam não o relato de um passado naturalizado. Pelo contrário, orientam o fazer historiográfico; a construção de um novo olhar sobre aquele tempo. Neste sentido,

[...] não se pode chamar ‘pesquisa’ ao estudo que adota pura e simplesmente as classificações de ontem que, por exemplo ‘se atêm’ aos limites propostos pela série H dos Arquivos e que, portanto, não define um campo objetivo próprio. Um trabalho é ‘científico’ quando opera uma *redistribuição do espaço* e consiste, primordialmente, em *se dar* um lugar, pelo ‘estabelecimento das fontes’ – quer dizer, por uma ação instauradora e por técnicas transformadoras. (CERTEAU, 1982, p. 83).

Podemos identificar que Nestor Lima busca a todo o momento isentar-se, evitando emitir juízos de valor, ou mesmo posicionar-se com relação às atitudes tomadas pelo aparelho administrativo no tocante à educação. Para ele, a neutralidade era o cerne da produção científica. Porém, em vários trechos do livro, a subjetividade de Nestor vem à luz, deixando transparecer suas concepções e o seu lugar de fala a partir do tratamento dado às fontes e da maneira como as articula para sua escrita, a fim de alcançar o objetivo de seu livro. É então aí que, de acordo com nossa perspectiva, o seu trabalho se potencializa como científico e passível de análise.

Já no início da obra, um elemento nos chama atenção: a dedicatória do livro, destinada ao então governador do Estado, José Augusto, “com admiração e reconhecimento”. Tal reconhecimento se deve não apenas pelo papel de educador desempenhado pelo mesmo, mas também pela sua atenção às questões educacionais e sua deliberação com relação à comemoração do centenário da Lei de 1827, proposta por Nestor Lima. Temos, portanto, que este não é apenas mais um escrito. É uma obra oficial, que foi impressa pela tipografia d’A República e traz em sua folha de rosto o timbre oficial do governo do Estado do Rio Grande

do Norte. A escolha das fontes de Nestor também legitima este caráter da obra. São analisadas fontes oficiais, como falas dos presidentes de Província, mensagens dos governadores e dados estatísticos.

Nestor Lima inicia o livro apresentando a razão de sua escrita e destacando a importância da data de 15 de outubro de 1827 para o ensino e o professorado. O autor destaca que apesar dos problemas da instrução no Império,

É portanto, razoável e justo que, aproximando-se agora a transcorreria da data secular que relembra essa lei, o professorado nacional promova-lhe uma comemoração condigna, tanto mais porque ella é o primeiro assento legal que considerou, regulou e favoreceu a função profissional, dando-lhe garantias e vantagens, que se podem, com justiça, attribuir á importancia da profissão e á generosidade e ao descortino dos legisladores da nossa primeira assembléa. (LIMA, 1927, p. 5-6).

O autor traz em seguida o texto integral da Lei. A mesma é apresentada por ele como um elemento de primeira importância para organização do ensino no Império, por determinar não apenas a criação de escolas, mas a própria organização do plano de ensino, com as disciplinas que iriam compor o currículo, e a designação dos métodos lancasteriano e mútuo. Nestor Lima destaca que mesmo depois de 100 anos, as disciplinas contempladas como fundamentais pela Lei de 1827, continuam sendo a base do ensino nas escolas primárias. Ele afirma que

Hoje, em dia, cem annos decorridos de francos progressos em assumptos pedagogicos, lá está no plano de ensino das escolas mais adeantadas, que são os grupos escolares, aquellas mesmas disciplinas fundamentaes: leitura, escrita e arithmetica, a linguagem materna, a morphologia geométrica, (ou geometria pratica), ampliadas, porém as leituras da Constituição e da História Patria, com o ensino systematico do Civismo e da Historia Nacional, e substituído o ensino da moral christã, pelos princípios da moral leiga, consoante as normas cardeaes do regimen politico estabelecido na Constituição Federal de 24 de Fevereiro de 1891 e respeitado em todas as leis, regulamentos, programmas e instrucções do ensino publico, obedientes áquella Constituição. (LIMA, 1927, p. 13-14).

O livro de Nestor Lima apresenta uma sessão totalmente dedicada a apresentar o método mútuo de André Bell proposto pela lei centenária com vistas a atender às demandas de instrução do Império. O autor também explicita o método disciplinar de Joseph Lancaster. Sua preocupação com os métodos de ensino evidencia sua postura enquanto professor de pedagogia da Escola Normal de Natal, instituição em que também ocupou o cargo de diretor

durante os anos de 1911 a 1923. Acerca da aplicação do método, Lima infere que não houve sucesso pois

[...] poucos professores tiveram tempo de aprendel-o, sequer, quanto mais pratical-o com segurança, por que o acto adicional de 12 de agosto de 1834 passou para as antigas Províncias o direito de legislar sobre a instrução primária e de prover os cargos respectivos, o que se verificava menos pela competencia dos candidatos no dito systhema do que pelas influencias dos partidos, quando estavam na posse do poder. (LIMA, 1927, p. 27-28).

Neste momento de sua escrita, podemos observar que o autor apresenta aspectos negativos da municipalização. Este processo citado por Nestor Lima é sofrido pelo ensino primário a partir de 1834, perpassa a Lei de 13 de setembro de 1899, que transfere para os municípios a responsabilidade de criação das escolas primárias, e prossegue até o ano de 1908. Isto fazia, segundo Lima, com que a instrução ficasse subordinada aos jogos de poder e interesses das elites políticas locais. Foi um período em que o ensino potiguar mergulhou em uma profunda crise, com aulas funcionando em prédios emprestados ou de estrutura precária, além do fechamento de diversas escolas. Trata-se, portanto, de um momento do texto em que vemos emergir seu posicionamento contrário a este modelo de gestão escolar.

Nestor Lima louva a Lei de 1827 por pensar a educação como responsabilidade da União. Utilizando-se da estatística, ele demonstra que a mesma trouxe resultados benéficos expressos, sobretudo, pela expansão do número de escolas, antes presentes apenas nas principais vilas. O autor destaca a criação de aulas em Papary, Assu, Extremoz, Vila Flor e Goianinha, entre outras localidades. Apesar disso, o ensino no Império não era visto como ideal por Lima. De modo que ele apóia-se na fala de Oziel Rego para demonstrar que a lei não surtiu os efeitos esperados sobre a instrução pública do Império.

Para justificar este ponto de vista, o autor apresenta as falas dos presidentes da Província, que relatam cadeiras vagas, falta de professores e baixa frequência do alunado. Neste sentido, cabe destacar as falas de Benvenuto Augusto de Magalhães Tacques e de Casemiro José de Moraes Sarmiento. Este último para quem a instrução pública encontrava-se em um estado deplorável. Nas falas dos presidentes, os principais motivos elencados para explicar o insucesso eram a falta de conhecimento dos pais e o despreparo dos professores. É interessante observar que, apesar de ser um republicano, Nestor Lima não deprecia a monarquia. Talvez esse cuidado deva-se ao fator comemorativo do centenário da Lei de 1827. Não caberia em seu trabalho uma crítica direta àquele regime que pela primeira vez dispôs de maneira legal sobre a organização da estrutura educacional brasileira.

Nestor Lima inicia a sessão “O ensino popular na primeira década republicana” apresentando este período como um momento de muita esperança, em que visava-se finalmente atingir os objetivos da instrução pública postulados desde 1827. Porém, a municipalização acaba frustrando tais pretensões. O autor demonstra respeito a Manoel Dantas², diretor da Instrução Pública quando da municipalização radical (1899), mas apresenta em seu texto que um significativo silêncio é observado nas falas do governador Alberto Maranhão, nos anos de 1901, 1902 e 1903. Segundo Nestor, “tal era o estado de atraso e desmoroamento do ensino primário que o Governador preferia sobre elle calar-se na prestação de contas ao Poder Legislativo”. (LIMA, 1927, p. 152).

Nos anos seguintes, os problemas continuam e, conseqüentemente, o silenciamento das fontes permanece, como no caso da fala do governador Tavares de Lyra em 1906, que sequer cita o ensino primário, atendo-se apenas a mencionar o Atheneu. Nestor se coloca mais uma vez contra municipalização quando afirma que “A transferência do ensino primário às municipalidades, que, em princípio parecia excelente, deu na pratica os *deploráveis resultados* que todos conhecemos” (LIMA, 1927, p. 154), destacando que os grifos são seus.

Após apresentar estes tempos sombrios para educação, Nestor trata sobre a reforma de 29 de abril de 1908, através da qual foram suprimidos os castigos físicos e abriu-se o caminho para a criação dos grupos escolares. O primeiro grupo escolar do Rio Grande do Norte foi o Augusto Severo, localizado no bairro da Ribeira e inaugurado durante o governo de Antônio José de Mello. Para o autor, a reforma traz novos ares para a educação potiguar. O mesmo encerra o seu percurso histórico retomando a reverência ao governador José Augusto, que, segundo ele, “creou sete grupos, elevou dois, restaurou cinco e ampliou trez”. (LIMA, 1927, p. 171).

É notório que o período republicano pós-1908, ganha destaque positivo na obra de Nestor Lima. Ele apresenta ainda diversos benefícios trazidos pelas sucessivas leis complementares como, por exemplo, a Lei nº 284 de 30 de novembro de 1909, que determinava a construção de um grupo escolar em cada município do Estado, além da concessão de gratificação adicional aos professores por tempo de serviço. Em seguida Nestor dá por encerrado o seu trabalho de pesquisa, afirmando que a partir dali não poderia concluí-lo com a desejada isenção e o necessário distanciamento. Ressalta-se que neste momento,

² Manoel Gomes de Medeiros Dantas nasceu em 26 de abril de 1867, na cidade de Caicó/ RN. Foi advogado, juiz, educador e político. Ocupou o cargo de Diretor da Instrução Pública do Rio Grande do Norte no período citado por Nestor Lima, e foi um dos principais defensores da municipalização. Dados biográficos disponíveis em: <<http://www.memoriaviva.com.br/manoeldantas/>>. Acesso em: 15 mai. 2018.

Nestor ocupava o cargo de Diretor do Departamento de Educação do Estado e, portanto, estava inserido em todas as discussões sobre a temática.

Se ao longo do livro, podemos observar de maneira direta ou indireta os posicionamentos de Nestor Lima, ao final dele, em seus anexos, a postura do autor fica ainda mais evidente. Em primeiro lugar, os anexos todos foram produzidos por ele. Neles, consta-se o hino comemorativo ao centenário do ensino primário, entrevistas dadas por Lima ao Jornal do Comércio e ao jornal A República, além de tabelas com os nomes dos professores do Estado e suas respectivas lotações. É digna de nota a articulação de Nestor Lima junto à outros representantes da educação em outros Estados da República, bem como o reconhecimento do executivo estadual, representado pela figura do governador José Augusto, conferindo total liberdade a Nestor para organização das festividades do centenário.

Os anexos do livro vêm a clarificar o real objetivo da obra. Não se trata de louvar os avanços educacionais do Brasil, até então bastante elementares. Trata-se de um texto oficial sobre a educação estadual que garante a Nestor um lugar político, um espaço legítimo de fala sobre a educação. A própria assinatura do autor modifica-se, tomando para si a identidade de Nestor Lima. Temos, portanto, que a prática de pesquisa e a escrita de Nestor, são orientadas pelo seu lugar de fala enquanto professor e diretor da Escola Normal, ao passo que também constroem para si um lugar político de autoridade no quesito educação.

Cabe-nos agora analisar outro trabalho acerca da história do ensino primário no Rio Grande do Norte. Este foi produzido por Maria Marta de Araújo e defendido como dissertação de Mestrado na UNICAMP, em 1979.

Maria Marta de Araújo foi professora do Departamento de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), onde ministrava a disciplina de Fundamentos da Educação. Enquanto autora, se colocava no lugar de professora do magistério da Escola Normal de Caicó – cidade de sua naturalidade – e também como agente da administração escolar.

Diferentemente de Nestor Lima, que organiza seu texto em eixos temáticos, Maria Marta de Araújo concebe “Origens e tentativas de organização da rede escolar do Rio Grande do Norte: da colônia à Primeira República” dividida em 4 recortes temporais: os primórdios do ensino potiguar na Colônia, a evolução do ensino no Império e o período republicano em dois momentos. O primeiro trata-se do advento e consolidação do novo sistema, trazendo informações mais voltadas à organização política, e depois a escola na República, atendo-se mais especificamente às reflexões sobre educação. Dentro desta organização claramente

política, inseriam-se os temas de análise, trazendo-nos, portanto, uma história cronológica, mas de base temática.

É interessante observar o seu lugar enquanto administradora escolar, pois é ele que orienta o objetivo de sua pesquisa. Nela, a autora busca estudar os aspectos administrativos da organização do ensino e por quê os planos traçados pela esfera pública não surtiam os efeitos desejados. Sendo assim, concebe os sistemas educacionais como processos históricos. O próprio termo “organização” presente no título já aponta a aproximação à administração, tendo que este é um tema típico dessa área do conhecimento.

Maria Marta de Araújo faz uso de dados estatísticos para legitimar a sua pesquisa. As fontes utilizadas também são, em grande medida, as mesmas de Lima. São elas fontes oficiais, a saber: relatórios dos Presidentes de Província, mensagens de governadores, Leis escolares, regulamentos e resoluções, relatórios de diretores da Instrução Pública e trabalhos de outros pesquisadores. Isto aponta também para a construção de uma análise que se pretende científica e portadora de alguma verdade a ser revelada.

O seu trabalho não é dedicado a alguém como o de Nestor Lima. Porém, nas folhas iniciais, podemos observar que a autora faz alguns agradecimentos. O primeiro deles é ao professor Casemiro dos Reis Filho, seu orientador. A relação com o mesmo é também providencial para compreendermos o percurso de formação da obra. Casemiro ministrava a disciplina de História e Filosofia da Educação na UNICAMP e na PUC-SP, mesma área de atuação em que Marta se insere. Anteriormente, havia publicado dois trabalhos: “Índice básico da legislação do ensino paulista (1890-1945)” e “A educação e a ilusão liberal: origens da escola pública paulista”. Nota-se que a legislação educacional como objeto de estudo também aparece no trabalho de Marta Araújo, assim como a temática das origens da escola. Sendo assim, nota-se que seu trabalho segue uma linha de análise já conhecida por seu orientador.

Os agradecimentos estendem-se ao professor Domingos Gomes de Lima, então reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Também aos professores Luciano Alves da Nóbrega, Ausônio Tercio de Araújo, João Agripino Dantas e Nicolino Novello. Por fim, Maria Marta de Araújo agradece também às funcionárias do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte que, segundo ela, souberam valorizar a pesquisa que ali se desenvolvia. Um breve olhar sobre os seus agradecimentos e já se observa a importância que a autora confere à educação, tendo em vista que à exceção das funcionárias do Instituto, todas as outras palavras de gratidão são destinadas a professores.

Maria Marta de Araújo apresenta já no início do texto a sua hipótese, segundo a qual o fracasso escolar no Rio Grande do Norte devia-se ao modo interesseiro como a escola era administrada, subordinada à lenta formação de uma oligarquia agropastoril. Portanto, o sistema escolar estaria relacionado às decisões políticas de grupos das elites, fossem eles os homens bons na Colônia, a nobreza no Império ou os líderes políticos locais na República Velha. A autora sabe da importância de seu trabalho e destaca que este é um primeiro levantamento da história da escola no Rio Grande do Norte, que busca enfatizar a participação de vários atores.

O método utilizado por Maria Marta de Araújo é o histórico-descritivo, realizando comparações entre o ensino dos períodos colonial, imperial e republicano. Por meio dele, busca-se realizar uma descrição do passado através de um conjunto de fontes. Neste aspecto, nota-se que ambos, Marta e Nestor, possuem uma postura positivista diante das fontes. Não há crítica interna com relação ao que elas falam ou quem as produziu. Estas apenas são descritas e articuladas de modo a trazer para o presente uma compreensão sobre o passado. Porém, nota-se que apesar do método requerer uma maior isenção, a autora frequentemente posiciona-se no texto, mesmo sem aprofundar suas críticas. Estes momentos são visíveis, sobretudo, aos finais de tópicos e capítulos. A necessidade de colocar-se, observando-se que se trata de um texto acadêmico, revela que, possivelmente, o método histórico-descritivo escolhido pela autora não era abrangente o suficiente para dar conta de suas análises.

Se o distanciamento das fontes era importante para Marta em busca de uma cientificidade para o seu trabalho, a atenção à historiografia tradicional também ocupa lugar central. Cabe destaque o diálogo com obras de nomes como Tarcísio de Medeiros, Tavares de Lyra e Câmara Cascudo, servindo inclusive, como fontes de dados estatísticos. A relação com esses nomes de peso também aponta para uma preocupação da autora em inserir-se no campo da História da Educação do Rio Grande do Norte e revela a escassez de obras específicas sobre a temática.

Ao tratar do ensino no Império, diferentemente de Nestor Lima, a autora não inicia suas análises a partir de 1827, mas sim a partir de 1821, com a Lei de 28 de junho, que permitia a qualquer cidadão o acesso ao ensino e a abertura de escolas de primeiras letras. Através desse recuo no tempo, Maria Marta de Araújo busca demonstrar que a preocupação com a instrução já era latente antes mesmo do Brasil firmar-se enquanto país independente. No tocante, porém, à efetiva organização do ensino, a autora, assim como Nestor Lima, destaca a importância da Lei de 15 de outubro de 1827. Também é notório em seu trabalho os apontamentos acerca de uma discussão metodológica lancasteriana, proposta por tal Lei.

Ainda em interface de diálogo com a produção de Nestor Lima, observa-se que Marta traz para o seu trabalho as tabelas do mesmo em “Um século do ensino primário”, dando luz a informações concernentes ao número de escolas, de professores e sua lotação. Neste sentido, Maria Marta de Araújo também observa o avanço numérico de escolas na Província. Com base nos mesmos dados, a autora realiza uma leitura expressa pelo termo “cria e extingue”, citado diversas vezes por ela ao longo de sua dissertação, e tomado da fala de Lauro de Oliveira Lima em “Estórias de educação no Brasil: de Pombal a Passarinho”. Para compreender o fracasso escolar imperial, mesmo frente ao aumento do número de instituições de ensino, a autora evidencia em seu texto as mesmas falas dos Presidentes de Província utilizadas por Nestor Lima, demonstrando as carências do incipiente sistema.

Ao tratar do ano de 1889, a autora traz os dados numéricos fornecidos pelo trabalho de Pires de Almeida, outro nome da historiografia tradicional com relação à educação. No tocante a educação feminina, Maria Marta de Araújo apresenta que a mesma começa a ganhar relevo no Império, após um período de esquecimento durante a Colônia. Neste momento, a autora retoma as dificuldades da educação potiguar devido às “oscilações dos humores políticos e econômicos” e à precariedade das instalações das escolas. Sendo assim, a autora coloca que a instrução feminina estava muito aquém da ideal e que as mulheres notáveis eram uma exceção à regra.

Maria Marta de Araújo traz em seu trabalho uma discussão acerca das exigências do regulamento para mestres. Entre estas contavam a formação, a entrada no magistério por meio de concurso e idoneidade moral. Marta destaca, porém, a distância entre a lei e a prática, em que o patronato e as conveniências acabavam subvertendo as regras e contribuindo ainda mais para precarização do ensino. Ao final, o que se observava era a culpabilização dos professores por parte das autoridades e a consequente estagnação salarial.

A documentação elencada por Maria Marta de Araújo cria uma narrativa dos problemas da instrução na Província do Rio Grande do Norte. Estes estariam, entre outros aspectos, na diferença curricular entre o campo e a cidade e nos alunos de várias situações socioeconômicas tratados de maneira uniforme. Isto aponta para a pobreza e má formação das famílias como uma justificativa para o fracasso, assim como nas falas de Presidentes de Província apresentadas por Nestor Lima.

Ao tratar do ensino na República, nota-se já nas primeiras considerações de Marta, uma contradição apresentada pelos documentos. O governo reconhece o estado lamentável das escolas, mas mesmo assim manda extingui-las onde há em duplicação, através do Decreto nº 15 de 3 de março de 1890. A autora traz também o relatório do Diretor Geral da Instrução

Pública, Pinto de Abreu, apresentado ao governador Pedro Velho em 1895. Nele, Abreu conclui pela impossibilidade de descentralizar e municipalizar o ensino. Ainda assim, 4 anos depois, Manoel Dantas, novo Diretor da Instrução Pública acena para municipalização, efetivada pela Lei de 13 de setembro.

A autora traz para seu texto, dados apresentados por Tavares de Lyra, em mensagem ao Congresso Legislativo em 1904. De acordo com tais informações, há um claro retrocesso evidenciado pela redução do número de instituições. No Império haviam 152 escolas. Agora contavam-se apenas 111.

Neste sentido, observa-se que Maria Marta de Araújo, assim como Nestor Lima, opõe o período inicial da República – classificado como de trevas – ao período imperial, tido como iluminado. Diferente deste, porém, Araújo não dá tanto destaque às falas dos governadores e seu silenciamento. A mesma se atem a relacionar de maneira mais direta a legislação e suas consequências.

Maria Marta de Araújo também enxerga a Reforma Pinto de Abreu de 1908 como a chegada de novos tempos para educação, com a adoção do método intuitivo, o fim dos castigos físicos e a criação dos grupos escolares. As novas determinações regiam sobre a organização curricular e modos de verificação do sucesso escolar. Entretanto, para autora, a documentação da época demonstra que as mudanças propostas não foram suficientes para sanar os problemas da educação potiguar, já que “não exclui do campo a velha mania do ‘cria e extingue’, que continuará a existir nos grupos escolares e outras escolas”. (ARAÚJO, 1979, p. 121).

A grande quantidade de Leis e Reformas do período também chamam a atenção de Araújo. Neste sentido ela infere que “A mania de legislar ‘enobrecendo seus autores’ provocará o aparecimento de normas atinentes ao ensino, em 1909, 1910, 1911 e 1913. Não apresentarão inovações especiais: serão meras arrumações administrativas tendentes a estabelecer precedências e vantagens”. (ARAÚJO, 1979, p. 123). Sendo assim, temos que autora traz para seu texto dispositivos legais que foram utilizados mais para atender interesses de grupos que propriamente para resolver os problemas da educação, reforçando o argumento sobre sua hipótese.

Dados estatísticos também são elencados para dar sustentação ao seu argumento de sucessivas criações e extinções, subordinadas aos arranjos políticos. Com relação ao número dos grupos escolares, por exemplo, ela cita que “As estatísticas apresentadas em 1920 atestavam a existência de trinta e dois grupos, para, mais tarde, José Augusto em sua

mensagem de 1º de novembro de 1924, citar apenas quinze grupos”. (ARAÚJO, 1979, p. 126).

Ainda tratando dos grupos escolares, a autora observa a sua permanência no cenário estadual, transformando-se em escolas de ensino do 1º grau. Neste sentido, uma de suas falas nos chama bastante atenção por problematizar a relação entre grupos escolares e classe social. Segundo ela,

Os grupos escolares, escolas bastante desenvolvidas e organizadas, se comparadas com as antigas cadeiras primárias, darão aquela boa educação escolar que, não atingindo a grande massa do povo, satisfará os anseios da clientela das classes mais abastadas, permanecendo teoricamente aberta para todos. Neles serão educados basicamente os filhos das famílias tradicionais e dos pobres que gravitavam, nas cidades, sob seu influxo direto. (ARAÚJO, 1979, p. 128).

Tal crítica não se estende, porém, às escolas noturnas, que eram destinadas a estudantes que trabalhavam. Ao apresentar que havia interesses políticos em qualificar a mão-de-obra e garantir-lhe a mínima alfabetização, Maria Marta de Araújo dá indícios de que esta era uma modalidade de educação muito precária, mas não reflete sobre as suas especificidades e consequências educacionais, políticas e sociais. Nota-se que momentos como estes, apesar de figurar apenas como indícios de críticas, promovem um desprendimento da autora com relação ao método puramente descritivo, emitindo opiniões e visões próprias.

Nestor Lima aparece em seu trabalho, seja nas articulações políticas, na organização e criação de escolas, seja como grande entusiasta da escola primária superior, criada a partir da Lei de 29 de novembro de 1916, tendo como função preparar o alunado para o curso médio. Porém, o que nos chama mais atenção é a utilização por Marta dos dados coletados por Nestor e das tabelas produzidas por ele. Ela o chama de “professor” ou apenas Nestor Lima, incorporando, portanto, a identidade que ele toma para si em seu “Um século de Ensino Primário”.

Araújo (1979) trata também dos vencimentos dos professores e da organização de suas carreiras, destacando a figura do Diretor, surgida a partir da criação dos grupos escolares. Para ela, o cargo é importante, porém pouco podia fazer de maneira autônoma, já que deveria seguir as ordens da Diretoria de Instrução Pública. Abordar o corpo docente e administrativo ao final de seu capítulo sobre o ensino primário na República é de primeira importância para dar sustentação ao seu argumento. Em um trabalho que visa analisar a administração escolar, a figura do diretor é central para compreender os sucessos e insucessos. E na visão de Maria

Marta, os interesses políticos e econômicos se sobrepunham ao aparelho educacional, dificultando a construção de um projeto que surtisse os efeitos desejados e necessários.

Neste sentido, Maria Marta de Araújo encerra a sua discussão sobre o ensino primário na República citando que a mesma, “apesar de suas veleidades de inovar, vai, nos seus concursos e nomeações, repetindo os velhos métodos do Império”. (ARAÚJO, 1979, p. 136) Assim, temos dirigentes e professores que, por muitas vezes são indicados apenas por relações familiares e redes de conhecimento, não importando necessariamente o seu conhecimento e a sua competência.

A preocupação com a administração prossegue nos anexos produzidos por Maria Marta. A autora traz uma relação cronológica com os nomes dos dirigentes do Rio Grande do Norte, no período de 1597 a 1930, que tem como fonte Luís da Câmara Cascudo. Observamos, por fim, que no trabalho de Maria Marta, assim como no de Nestor Lima, a pretensa isenção tornou-se impossível. Por mais que a escrita tente transmitir essa ideia, dando maior vazão às fontes, os recortes temáticos e temporais, a documentação utilizada e a forma como a mesma foi organizada pelos autores apontam para a construção de um sentido e de um olhar particular sobre o passado, orientados pelos seus objetivos. Se Nestor busca construir para si um lugar de fala político e de autoridade sobre a educação, Maria Marta reforça seu compromisso com a educação falando da administração, construindo-se enquanto acadêmica.

3. História da Educação do Rio Grande do Norte: reflexões sobre o campo

Os trabalhos de Nestor Lima e Maria Marta de Araújo são produzidos com objetivos e intencionalidades diferentes. Porém, há uma convergência entre os dois: ambos buscam o reconhecimento e a construção de um espaço de fala legítimo para si e seus escritos. Essa legitimidade dá-se pela sua inserção no campo da História da Educação do Rio Grande do Norte.

A História da Educação situa-se em um campo em disputa, na intersecção entre História e Educação. O mesmo apresenta relações entre teoria e metodologia, fontes e objetos que vão além das pesquisas qualitativas. Nos trabalhos analisados, podemos observar largamente o uso de dados estatísticos. De modo que, o cruzamento desses diferentes tipos de fontes podem guiar-nos a novos questionamentos e olhares sobre o passado.

A apropriação dos conceitos e metodologias da História são de primeira importância para produção de um trabalho historiográfico. A partir dessa observação, nota-se que há determinadas regras e práticas que apontam para aceitação de uma obra. Nesta dinâmica,

O público não é o verdadeiro destinatário do livro de história, mesmo que seja o seu suporte financeiro e moral. Como o aluno de outrora fala à classe tendo por detrás dele seu mestre, uma obra é menos cotada por seus compradores do que por seus 'pares' e seus 'colegas', que apreciam segundo critérios científicos diferentes daqueles do público e decisivos para o autor, desde que ele pretenda fazer uma obra historiográfica. Existem as leis do meio. (CERTEAU, 1982, p. 72).

Tais leis giram em torno de um conjunto de práticas que vão desde a objetivação da pesquisa, a seleção e a investigação das fontes até o momento de escrita do texto final. Uma obra nunca é naturalizada. Não surge de forma transcendente. É produzida socialmente atendendo a determinados interesses, e por isso deve ser contextualizada e historicizada, bem como quem a produziu.

É neste sentido que dialogamos aqui com as discussões de Pierre Bourdieu, em “As regras da arte”. Para o sociólogo, a aquisição de um conjunto de práticas denominado *habitus* – socialmente construído a partir das relações de indivíduos produtores – delimita e determina quem são aqueles que possuem as competências necessárias para inserir-se em determinado campo. Assim, o campo é também uma esfera de poder, que garante àquele que nele transita e que a partir dele fala, o reconhecimento e a legitimação. (BOURDIEU, 1996). Cabe ressaltar que apesar de tratar da produção literária, Bourdieu destaca que essas relações se estendem a todos os demais campos de produção do conhecimento.

Em se tratando das especificidades do campo da História da Educação do Rio Grande do Norte, podemos observar em nossos objetos de estudo uma primeira constatação: a falta de bibliografia específica sobre o tema. Nestor Lima escreve em 1927, apoiado por um consistente conjunto documental, produzindo uma das primeiras obras especificamente sobre a história da educação potiguar. Maria Marta de Araújo escreve 52 anos depois e tal lacuna ainda é identificada pela autora. É pelo reconhecimento desta carência que ela destaca a importância de um trabalho como seu para compreensão do passado da escola norte-riograndense e toma como base, principalmente a historiografia tradicional do Rio Grande do Norte.

Sob a perspectiva de Bourdieu (1996), os sujeitos não estão atados ao campo de maneira passiva e subordinada. Pelo contrário, são sujeitos ativos que criam e recriam. Tem-

se, portanto, que inserir-se no campo é também produzi-lo. Em se tratando de um campo com número ainda incipiente de produções, esta práxis se torna não apenas recomendável, mas imperativa. Para tanto, porém, é necessário que seus trabalhos se constituam de fato como obras historiográficas, devendo possuir tema, objetos e objetivos, metodologia, fontes, situar-se no tempo e no espaço e, principalmente, pautar-se pela busca de uma verdade histórica.

Quanto a este último aspecto, observa-se que ambos os autores, partem do pressuposto que a verdade se encontra nas fontes. Isto os filia a uma concepção positivista da História, em que para se produzir ciência era necessário distanciar-se e evitar colocar-se no texto, para que a verdade emergisse através da documentação. Se esta tarefa nos parece hoje impossível, já o foi para os autores que, mesmo sem reconhecer, imprimem suas subjetividades em cada objetivo, fonte ou metodologia escolhida. Através de uma instigante ironia, observamos que a isenção que lhes foi necessária para o reconhecimento e inserção no campo científico, não foi atingida por completo, e é exatamente isso que permite a sobrevivência e a relevância de tais obras ainda hoje.

Há diversas instituições que fortalecem o campo da História da Educação, fomentando a produção de trabalhos de pesquisa e promovendo discussões sobre temáticas relativas a área. Dentre elas, podemos citar a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), o grupo História, Sociedade e Educação no Brasil/ HISTEDBR e a Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE). No tocante aos trabalhos analisados, observamos que também há uma relação dos seus autores com instituições que encampam as pesquisas sobre educação. São elas o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN), no caso de Nestor Lima, e a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), no caso de Maria Marta de Araújo.

Em temas de diálogo com outras produções, nota-se tal preocupação, sobretudo no trabalho de Maria Marta. A autora referencia obras de nomes como Tavares de Lyra, José Ricardo Pires de Almeida, Primitivo Moacyr e o próprio Nestor Lima. A obra de Luís da Câmara Cascudo – “História do Rio Grande do Norte” – é frequentemente evocada como argumento de autoridade. Tratando-se de um texto acadêmico, observa-se como um *habitus* do campo o diálogo com autores clássicos como os citados acima, mas também com os pares, autores de teses e dissertações, além de demais produções contemporâneas. Podemos citar como exemplo o livro de Jorge Nagle “Educação e sociedade na Primeira república”, de 1974; e “O ensino secundário no Império Brasileiro”, de Maria de Lourdes Mariotto Haydar, de 1972.

A relação entre Maria Marta e seu orientador também é relevante para que compreendamos sua inserção no campo, visto que são dois intelectuais falando de um mesmo lugar – a academia – e que trabalham juntos na produção de um saber específico. Os caminhos trilhados por Casemiro são seguidos por Marta, seja na constituição do seu corpo de fontes, seja na própria delimitação de seu objeto de estudo. De tal forma, podemos compreender que a autora segue as práxis comuns para realização de um trabalho acadêmico, a fim de alcançar legitimidade neste espaço, enquanto que Nestor Lima é referendado pelas próprias instâncias políticas que o credenciam como autoridade no quesito educação.

4. Considerações Finais

O trabalho aqui realizado, nos permitiu observar que através de Nestor dos Santos Lima e Maria Marta de Araújo, a história educacional de nosso Estado é escrita sob o prisma da veracidade e da cientificidade, pautada por documentos oficiais e vista pelo olhar de quem busca compreender o passado para celebrá-lo, no caso de Nestor, ou para criticá-lo, no caso de Marta. São escritos sobre um passado que ainda tem muito por nos falar e que atesta isso na grande quantidade de pesquisas que tem gerado nos últimos anos, dando-nos a (re)ver nossa história sob outras perspectivas. Elementos de um campo em construção e expansão que foram aqui evidenciados por dois intelectuais que hoje fazem parte da bibliografia obrigatória para quem busca estudar a história da educação do Rio Grande do Norte. Nestor e Marta. O político e a acadêmica.

Este artigo traz contribuições no campo da história da educação do Rio Grande do Norte, tendo em vista que discute de maneira crítica a produção de duas importantes obras sobre a temática do ensino primário, evidenciando os lugares de fala de seus autores, a maneira e os interesses de sua escrita. Neste sentido, alcançamos aqui nosso principal objetivo. Aos pesquisadores interessados nesta área, cabe a atenção aos aspectos aqui abordados. Muito se tem ainda a explorar sobre o passado educacional deste estado, e novas produções podem vir a esclarecer sobre o tipo de memória da educação que foi resguardada e publicada e sobre a forma como essa história foi e tem sido escrita.

Referências

ARAÚJO, Maria Marta de. **Origens e tentativas de organização da rede escolar do Rio Grande do Norte: da colônia à Primeira República.** Dissertação de Mestrado. São Paulo: UNICAMP, 1979.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

FARIA FILHO, Luciano M. de; VIDAL, Diana G. História da Educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, 37-70, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v23n45/16520.pdf>>. Acesso em: 23 mai. 2018.

FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO. **Personalidade histórica: Nestor dos Santos Lima.** Disponível em: <http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/secretaria_extraordinaria_de_cultura/DOC/DOC000000000113087.PDF>. Acesso em: 2 mai. 2018.

LIMA, Nestor dos Santos. **Um século de ensino primário.** Natal: Typografia d´A república, 1927.

MEMÓRIA VIVA. **Manoel Dantas.** Disponível em: <<http://www.memoriaviva.com.br/manoeldantas/>>. Acesso em: 15 mai. 2018.